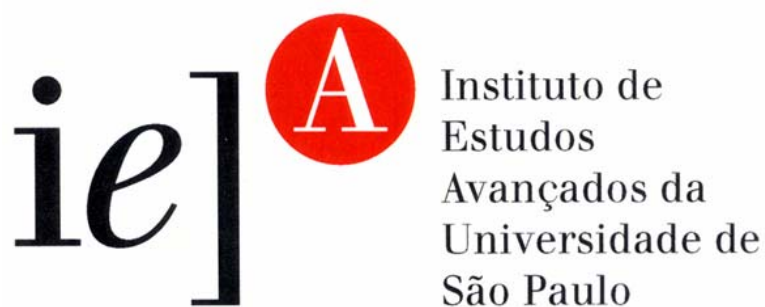


Proposição para o Estabelecimento de um Programa da Cátedra Unesco na USP

Fábio Konder Comparato



Texto disponível em www.iea.usp.br/artigos

As opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade do autor, não refletindo necessariamente as posições do IEA/USP.

Proposição para o Estabelecimento de um Programa da Cátedra UNESCO na USP

Fábio Konder Comparato

O objetivo maior de um programa educacional em direitos humanos consiste em formar mentalidades sintonizadas com o respeito à pessoa humana e contribuir tanto para o estabelecimento de práticas sociais essencialmente voltadas para a cidadania democrática quanto para a progressiva erradicação de práticas pedagógicas incompatíveis com aquele objetivo.

Com efeito, a consciência generalizada da importância dos direitos humanos representa a condição de possibilidade da realização de todos eles, inclusive e notadamente o direito específico a uma educação fundamental de bom nível, direito esse cuja importância estratégica é hoje reconhecida como decisiva para o desenvolvimento social, político e econômico do País. Ou seja, é essencial para a consolidação de uma sociedade democrática, orientada pelos valores da justiça e da paz, da tolerância, dos direitos humanos.

Ora, como não é possível trabalhar com eficiência em todos os setores, convém estabelecer prioridades, a partir de um duplo diagnóstico da realidade brasileira: de um lado, a identificação de nossos principais defeitos caracteriais quanto ao respeito da pessoa humana e, de outro lado, os costumes sociais mais atentatórios à dignidade do ser humano.

No que tange aos nossos defeitos caracteriais, embora seja sempre possível e, até certo ponto, desejável distinguir entre as diferentes classes e grupos sociais, seria apropriado identificar os componentes do caráter nacional brasileiro mais contrários, de modo geral, a uma valorização dos direitos humanos em todas as camadas da população. Nesse sentido, um dos pontos mais negativos de nossa mentalidade consiste na tendência a aceitar a desigualdade social como um fato inevitável e insuprimível, e a considerar a nossa tradicional organização oligárquica como uma necessidade inscrita na natureza das coisas e, portanto, imutável. Afinal, bem analisadas as coisas, não há por que se admirar de que, num país que manteve a escravidão como instituição legal durante séculos, tanto nas camadas mais pobres da sociedade, quanto entre os ricos e poderosos, ocorra uma generalizada incapacidade de entender que a fonte dos direitos humanos, da paz e da tolerância encontra-se no reconhecimento da igualdade absoluta de todos em sua comum

dignidade de pessoas, ou seja, de seres que representam a medida de valor de todas as coisas.

Se, com efeito, nada existe de mais valioso no mundo do que o próprio ser humano, as diferenças de sexo, raça ou cultura no sentido lato, em si mesmas, não constituem gradações de valor, mas sim fontes de permanente enriquecimento da pessoa no convívio social. Reconhecida a igualdade fundamental de todos em sua condição de pessoas, a humanidade, como bem disse Teilhard de Chardin, só pode enriquecer-se na unidade de suas diferenças.

É dessa tradicional e inabalável aceitação do fato de que, entre nós, alguns nascem para mandar e outros para serem mandados que se alimentam alguns de nossos mais viciosos comportamentos sociais, como a discriminação contra o pobre, o negro, a mulher ou o iletrado.

Atuar sistematicamente, no sentido da formação de uma nova mentalidade social igualitária, parece, pois, o objetivo, no Brasil, da Cátedra da Unesco de educação para a paz, os direitos humanos, a democracia e a tolerância.